

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luis Fernando Silva Andrade¹

Valderí de Castro Alcântara²

André Luiz de Paiva³

INTRODUÇÃO

A mineração, no Brasil e no mundo, tem influenciado as dinâmicas de formação socioespacial e a produção e reprodução do espaço rural, bem como das cidades. Não pretendemos traçar uma linha do tempo sobre a extração/exploração mineral no país desde seus primórdios. Nos propomos a refletir sobre os processos de dominação exercidos por megacorporações e grandes empresas de mineração, que, tomando empréstimo as palavras de Milton Santos (2015), são aquelas que fazem a política, intermediadas pelos políticos.

¹ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Administrador da Universidade Federal de Lavras. <http://lattes.cnpq.br/2468899725153535>. <https://orcid.org/0000-0001-9963-2048>. andradelfs@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, Caixa Postal 3037, lavras, MG, Brasil. CEP: 37200-000. Telefone: (55 35) 991668812.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras. <http://lattes.cnpq.br/2870598651094370>. <https://orcid.org/0000-0002-6698-0609>. valderidecastroalcantara@gmail.com.

³ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras. <http://lattes.cnpq.br/4280120446698929>. <https://orcid.org/0000-0002-7895-730X>. andrepaiwa2@gmail.com.

Neste artigo, voltamos nossa atenção para os atingidos pela mineração, que nos termos dos autores que tomamos como base teórica, podem ser comparados aos 'pobres' em Santos (2015), a partir das representações concebidas em diversos meios de divulgação que priorizem as vozes dos atingidos pela mineração (textos jornalísticos, textos de blogs e material audiovisual), ressaltando a importância das representações, do cotidiano e dos simbolismos construídos, conceitos diretamente relacionados à formação socioespacial, especificamente, a tríade conceitual de Lefebvre (1991), que fundamenta essa discussão.

A mineração de ouro em Paracatu, Minas Gerais, tem sido alvo de controvérsias em decorrência de uma extensa discussão sobre contaminação por arsênio e desapropriações de comunidades tradicionais e, recentemente, de moradores de bairros periféricos da cidade. Apesar dos vídeos institucionais amplamente divulgados, notas de esclarecimento e ações de aproximação com a comunidade, não nos interessamos nesse momento pelas representações originadas na empresa mineradora ou no Estado e, sim, pelas ressignificações e pela 'explosão' do vivido dos atingidos, vozes, por vezes silenciadas, apresentadas em matérias com pequena abrangência ou pouco acesso, nas canções que exprimem a revolta dos moradores e nos blogs de ativistas e professores que contestam os dados apresentados pela empresa. Dessa forma, nosso posicionamento e intencionalidade são claros, e a perspectiva crítica de nosso estudo não advém das teorias e abordagens científicas e, sim, das premissas e do compromisso dos autores com essa realidade.

A relevância social deste estudo está em problematizar e dar visibilidade ao fenômeno concreto, de grande impacto, que corrobora as discussões acadêmicas já realizadas no âmbito dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental (Zhourri & Laschesfski, 2010), da resistência à mineração (Coelho de Souza, 2015), inclusive, das violações de direitos e resistência à mineração em Paracatu (Santos, 2012; Barros, 2017) e da relação entre empresas e governo (Acserald, 2012). De modo semelhante aos trabalhos

anteriormente citados, que buscam trazer um olhar crítico para conflitos socioambientais e as relações entre diversos autores, a opção por representações que privilegiam os atingidos traz à tona outro lado da história, daqueles que, mesmo desfavorecidos nas relações de poder, lutam para reconstruir sua realidade. Academicamente, a opção pelos debates sobre a categoria espaço, tema comum à geografia, contribui para politizar esse conceito, compreendendo sua dinâmica por meio da produção e circulação de representações.

Diante do exposto, nossa questão de pesquisa é: quais foram as representações produzidas acerca da mineração, contrárias à lógica desenvolvimentista da mineração em Paracatu, Minas Gerais? Dessa forma, **o objetivo é compreender a produção e circulação de representações contrárias à atuação da empresa Kinross em Paracatu**. Para isso, realizamos um estudo, a partir de fontes que expressam posicionamentos contrários à atuação da empresa, questionando o desenvolvimento trazido por ela e apresentando como a presença da megacorporação afetou o espaço social.

Além dessa introdução, o artigo é composto pelo referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados encontrados. Por fim, nas considerações finais, indicamos as principais contribuições, limitações e agenda de pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mineração na América Latina e as especificidades da mineração em áreas urbanas brasileiras

Segundo o *Mapping Environmental Justice*, EJAtlas (s./d.), na América Latina, conflitos socioambientais advindos da extração mineral denotam a expansão da fronteira da mineração, que atualmente se dá em áreas social e ambientalmente sensíveis (florestas,

recursos hídricos, terras de povos indígenas e outros). Ainda, segundo o referido mapa, enquanto em 1970 a extração de minérios metálicos correspondia a 10% do total de extração mineral na América Latina, em 2009, ela correspondia a 25% do total. A aceleração da extração mineral e, conseqüentemente, o decréscimo da qualidade dos depósitos minerais faz com que mais recursos sejam gastos no processo, como água e energia elétrica, assim como aumenta a quantidade de resíduos gerados e grupos afetados pela atividade. Outra consequência é a forma como são tratados os conflitos socioambientais originados na mineração: ações coercitivas, criminalização e deslegitimação de movimentos sociais e ativistas ambientais são práticas comuns, indicando a arbitrariedade dos Estados ao tratar da questão.

As dimensões da expansão e conflitos socioambientais, em torno da mineração na América Latina, tornam seu estudo um esforço que não pode ser condensado num único artigo. Considerando isso, dedicamos neste trabalho atenção especial para mineração em áreas urbanas, um fenômeno diferenciado que carece de debates em outras perspectivas, além dos estudos de impactos da atividade mineradora (Bacci, Landim & Eston, 2006; Baptisti & Soares, 2004; Farias, 2002) dada a expansão urbana, baixo valor agregado de matérias-primas da construção civil e, ainda, a ausência de critérios de zoneamento nos municípios que definam prioridades e funções de diferentes áreas. Nesse contexto, ocorre a agudização de conflitos sociais, uma vez que comunidades, empresas e Estado concorrem por diferentes usos do espaço, por vezes, fragmentado e deteriorado, produto e produtor das relações socioespaciais que abriga.

Os discursos e outras práticas sociais dominantes sobre mineração no Brasil têm sido marcados por afirmações como “a mineração é um dos setores básicos da economia do país, contribuindo de forma decisiva para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime” (Farias, 2012, p. 2-3) ou, ainda, “a História do Brasil tem íntima relação com a busca e o aproveitamento dos seus recursos minerais, que

sempre contribuíram com importantes insumos para a economia nacional, fazendo parte da ocupação territorial e da história nacional” (Farias, 2012, p. 2-3). Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2012), existem 8.870 mineradoras registradas no Departamento Nacional de Mineração – DNPM, incluindo tanto aquelas em regime de concessão de lavra quanto de licenciamento. Deste total, 3.609 (40,69%) estão localizadas na Região Sudeste. A produção mineral apresenta franco crescimento, nas últimas duas décadas, chegando ao pico de 53 US\$ bilhões, em 2011, com quedas nos anos seguintes.

Consideramos importante problematizar as afirmações anteriormente expostas, que fazem parte de um discurso hegemônico, da centralidade do desenvolvimento econômico, nas atividades humanas, apresentando aquilo que está sendo ocultado (silenciado) nesse discurso: que desenvolvimento e para quem é esse desenvolvimento? Por exemplo, “busca e aproveitamento” denotam eufemismo e não correspondem à perversidade nas relações entre extração mineral, capital e modernidade no Brasil, assim como os constantes ataques a grupos sociais vulneráveis, como quilombolas, indígenas, geraizeiros, periferias urbanas, dentre outros (Ejatlas, n.d.).

Corroborando tal afirmação e especificando os conflitos urbanos, Barreto, Silva e Oliveira (2012) constatam que a mineração em áreas urbanas, principalmente, em regiões metropolitanas, tem ocasionado vários conflitos acerca do uso da terra, entre eles “impactos ambientais, urbanização desordenada, desmatamento, assoreamento de rios” (Barreto, Silva e Oliveira, 2012, p. 1003), inseridos em processos socioespaciais. Dessa forma, diferentes atores competem pelo uso e ocupação do solo e os processos de intervenção ou de minimização de impactos são incomuns no setor (Cincotto & Silva, 1995). É comum entre os autores (Cincotto & Silva, 1995; Barreto, Silva & Oliveira, 2012; Cavalcanti & Parahiba, 2012) que este fenômeno ocorre em nível global, diante de um quadro de crescimento populacional, expansão urbana e intensificação da

atividade econômica, que, conseqüentemente, exigem maior volume extraído de agregados e minérios. Cincoto e Silva (1995, p. 156, grifo nosso), ao tratarem da mineração na cidade de São Paulo, afirmam que “[...] grande parte das minerações do município está localizada em **áreas comprometidas pela urbanização**”. Interessante pensar que essas áreas, presentes também em pequenas cidades, são comprometidas pela mineração.

Nesse contexto, é perceptível a pluralidade de interesses, geradora de inúmeros impasses. Tendo isto em mente, é importante para a compreensão da produção do espaço social, a alocação dos atores envolvidos neste espaço. Concebemos que as relações de poder e resistência entre empresas mineradoras, Estado e comunidade não são apenas posições físicas, mas relações dialéticas e marcadas por uma diversidade de interesses. E nisso o conflito estudado neste artigo se relaciona dialeticamente com conflitos sobre o uso da terra e sobre os impactos da exploração mineral.

Espaço, representações e contraespaço

Para Lefebvre (1991), o espaço não pode ser concebido apenas como material, destacando uma concepção triádica de espaço: práticas espaciais, representações de espaço e espaços de representação. Cada concepção se relaciona com diferentes níveis ou camadas e é impossível ser totalmente separada – portanto, o espaço engloba as práticas espaciais, as formas de produção e reprodução existentes em nossa sociedade; as representações de espaço, vinculadas à sua abstração e os espaços de representação (Neves & Scarcelli, 2016).

Essa concepção considera as dimensões mental, cultural, social e histórica a partir do conceito de espaço. Assim, as práticas espaciais se relacionam com a vida cotidiana e o emprego do tempo. Assim, considera associações próximas entre espaço percebido, realidade diária e realidade urbana – rotas, destinos e redes que ligam os espaços

como trabalho, vida privada e lazer (Lefebvre, 1991). As representações de espaço se relacionam com “a concepção que é feita pelo modo de produção que as produz, ou seja, serão resultado do conceito que as produziu” (Martins, 2011, p. 74). Os espaços de representação são “o espaço simbolizado através das imagens e símbolos que as acompanham, o espaço dos artistas e dos filósofos, o espaço da imaginação” (Martins, 2011, p. 74).

Importante mediação entre o espaço vivido e o espaço concebido é a representação, a qual não se confunde com os dois espaços citados. As representações se formam justamente no trânsito entre o discurso articulado e a vivência, tanto subjetiva quanto coletiva (Lefebvre, 1983). Segundo Silva (2011, p. 106), “a vivência está cheia de representações, pois é ela – a vivência – o que se representa”. Lefebvre (1983), ainda, esclarece que as representações não são fatos de linguagem, apesar de que o discurso é seu suporte. Vistas como categorias, ao mesmo tempo estruturantes e estruturadas, ou produtos e produtoras (Lefebvre, 1991), de forma semelhante ao espaço social, “uma vez que atuam como elementos estruturadores do pensamento e das práticas sociais e estruturadas, porque pertencentes a um mundo social já simbolizado” (Silva, 2011, p. 107), é importante destacar as ordens que interferem na produção do espaço e, conseqüentemente, na produção e circulação de representações.

Não se pode, todavia, compreender essas questões sem considerar as relações global/local. Milton Santos (2002, p. 339) indicou a existência de uma ordem local (da escala do cotidiano) marcada pela “[...] copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade” e de uma ordem global marcada pela razão técnica e operacional que desterritorializa o espaço e submete à ordem local. Ao buscarmos em Lefebvre (2001), podemos encontrar um debate próximo: a existência de uma ordem próxima e de uma ordem distante na cidade, isto é, “[...] uma mediação entre as mediações” (Lefebvre, 2001, p. 52),

promovendo a produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, projetando a ordem distante no espaço.

Nas relações entre global e local, a globalização aparece como importante elemento. Santos (2015, p. 23) a conceitua como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, destacada a centralidade dos avanços nas tecnologias de informação (que nem a todos informa) e do dinheiro. A globalização, além de sua face fantasiosa de aldeia global e de fim das barreiras, é vista como perversidade: concentração de renda, empresas transnacionais mais poderosas que Estados e a influência cada vez maior do capital, nas tomadas de decisão, que deveriam pautar os interesses da coletividade. A perversidade também se dá na produção e reprodução do urbano, nas fragmentações e barreiras, visíveis ou não. A cidade como uma produtora de pobreza, também, está envolvida na miséria da vida cotidiana, na destruição dos “lugares de encontro, de lazer e de discussão política; uma racionalidade tecnocrática e planificadora [que] desconsidera as relações sociais existentes” (Tavolari, 2016, p. 102).

Ainda assim, o cotidiano, um dos elementos centrais da teoria lefebvriana e, destacado como espaço vivido em Santos (2015), aparece como um clamor por transformação e por uma política centrada no ser humano, sua pedagogia da experiência. Desse modo, Santos (2015) destaca a importância do conhecimento de outros lugares e situações críticas, que possibilitem a construção de uma visão crítica e a posterior tomada de consciência, o que consideramos que favorece a produção de contraespaços.

O espaço contraditório ou contraespaço (Lefebvre, 1991) pode ser um conceito importante para se entender os conflitos socioambientais urbanos. Segundo Lefebvre (1991), o espaço contraditório é um processo (um espaço-tempo) ou um espaço intermediário entre o espaço abstrato – espaço da acumulação capitalista – da reificação alienante e o espaço diferencial, um espaço que acentua as diferenças

(Lefebvre, 1991), distinto da homogeneização do espaço e justamente os diferentes modos de uso. Cabe considerar que, como nos elucida Lefebvre:

[...] the quest for a 'counter-space' overwhelms the supposedly ironclad distinction between 'reform' and 'revolution'. Any proposal along these lines, even the most seemingly insignificant, shakes existing space to its foundations, along with strategies and aims – namely, the imposition of homogeneity and transparency [...] (Lefebvre, 1991, p. 383).

Diante do exposto, consideramos a importância das representações, que são uma mediação entre o espaço vivido (cotidiano e experiência) e o espaço concebido – espaço mental, como forma de pensar outra urbanidade, possibilidades de saída de projetos homogeneizadores, frutos de indiferenças e interesses restritos, compreendendo que várias representações competem entre si, algumas se destacando enquanto outras desaparecem. Dessa forma, as representações contrárias à mineração em Paracatu, Minas Gerais, são também meios de disseminar conhecimentos alternativos e saberes locais na produção de um espaço contraditório.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho sintetiza uma pesquisa caracterizada como qualitativa-descritiva. Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa documental, que pode ser realizada, por meio de uma diversidade de fontes escritas e não escritas tais como: filmes, vídeos, fotografias, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, etc (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2015).

A seleção das fontes de dados necessita de maior detalhamento, dado o objetivo de compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração de ouro em Paracatu. Primeiro, optamos por utilizar como fontes de dados as informações de 3 diferentes mapas de conflitos ambientais, que trazem uma visão geral do conflito

social e dos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu-MG: o Mapa de Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, (Gesta, s.d.), o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, (Fiocruz/Fase, s.d.) e o *Environmental Justice Atlas* (Ejatlas, n.d.). Em seguida, buscamos por sites, notícias e produção audiovisual sobre a mineração de ouro em Paracatu, MG que priorizem posicionamentos contrários à mineração em Paracatu.

A análise de dados foi feita por análise temática (Braun & Clark, 2006), que compreende as etapas de (1) Familiarização. (2) Geração de códigos e sistematização dos dados. (3) Mapeamento, classificação e agrupamento dos temas. (4) Revisão dos temas. (5) Definição e denominação das categorias de análise. A familiarização (Braun, Clark, 2006; Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2015) se deu pela leitura dos textos selecionados e assimilação dos vídeos e áudios selecionados. Os conteúdos nomeados foram separados, de acordo com sua natureza (produção audiovisual, artigos jornalísticos, artigos de blogs). No Quadro 1, apresentamos as fontes de dados oriundas de ativistas, moradores e pesquisadores, de acordo com seu grupo, assim como a quantidade de conteúdos selecionados.

Quadro 1

Conteúdo analisado

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Documentário	15/10/2010	Ouro de Sangue (Neiva, & Silveira, 2010).	7.342**
	Músicas	14/08/2009	Murro no Olho – Ouro de Sangue	2.562
		16/03/2009	Alerta Paracatu – Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha, Salve Paracatu	3.367
		16/05/2016	Arsênium – Arsênio***	
		16/05/2016	Arsênium – O poder do ouro***	
		16/05/2016	Arsênium – Codinome***	
		16/05/2016	Arsênium – Ocultan Force***	
Textual	Blogs	17/05/2012	Alerta Paracatu - Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo (Dani, 2012a).	
		17/11/2012	Alerta Paracatu - Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista (Dani, 2012b).	
		15/07/2010	SOS Arsenic - The worldwide campaign: stop an invisible mass killing (SOS Arsenic, 2010).	
		24/06/2014	Ecodebate – Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima (Dani, 2014).	
		10/03/2016	Blog do Prof. Márcio – Carta aberta à população de Paracatu (Santos, 2016).	

Fonte: Elaborado pelos autores.

* Indica a data de publicação no *YouTube* ou a data da matéria para os textos, **Visualizações da primeira parte do documentário; ***Vídeos ensaios da banda, postados em sua página da rede social Facebook (https://www.facebook.com/Ars%C3%ABnium-371850702910568/?ref=br_rs).

No Quadro 2, apresentamos os documentos que, apesar de não se adequarem às características dos conteúdos indicados no Quadro 1, ajudam a compor a narrativa do caso específico e a expressar posicionamentos da empresa mineradora e de atores da mídia tradicional. Ainda que não seja o foco do trabalho, cabe salientar que, por vezes, a mídia tradicional trouxe uma visão do conflito que destaca os impactos no meio ambiente e na vida dos moradores da área vizinha à mineração, em programas de TV da rede aberta e em jornais *on-line* de grande repercussão.

Quadro 2

Conteúdo Complementar da mídia tradicional

Grupo de Conteúdos	Conteúdo Específico	Data*	Título	Visualizações no YouTube
Audiovisual	Reportagens	11/01/2011	TVP – Kinross Paracatu e os Impactos Ambientais (Derkiê, 2011).	2.075
		09/03/2015	CQC Proteste Já – Paracatu (Hander Júnior, 2015a).	23.338
		29/04/2015	MGTV – Impactos Ambientais (Hander Júnior, 2015b).	1.067
		01/12/2015	Minas Brasil Notícias – Contaminação de Arsênio (Jornalismo Paracatu, 2015).	70
Textual	Jornalísticos	16/03/2015	Agência Brasil – Expansão da maior mina de ouro do país assusta moradores de Paracatu (Laboissière, 2015).	
		26/05/2015	El País – Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio (Alessi, 2015).	
		02/01/2016	Correio Brasiliense – Arsênio de mineradora de Paracatu contaminou crianças da cidade (Laboissière, 2016).	
		29/04/2015	G1 – Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência (Vieira, 2015).	
		25/06/2012	Paracatu.net – Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de Mineração em Paracatu (Paracatu.net, 2012).	

Fonte: Elaborado pelos autores.

* Indica a data de publicação no *YouTube*.

A partir da leitura e/ou visualização de cada um dos grupos, foram estipulados os temas centrais para o estudo: (1) questão fundiária; (2) expansão da atividade mineradora; (3) deterioração de espaços sociais; e (4) saúde dos moradores. Tais temas foram revistos e uma segunda leitura e visualização do *corpus* de análise foi feita, chegando a três categorias de análise: (1) expansão da fronteira da mineração; (2) a luta pelo direito à saúde; (3) alternativas à miséria da vida cotidiana. Essas categorias são apresentadas em detalhes nos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Morro de Ouro: a cidade de Paracatu e a mineração da RPM/Kinross

Paracatu é um município de 8260,88 km², localizado no Noroeste de Minas Gerais, com população de 84.718 habitantes em 2010 e população estimada de 91.027 habitantes em 2015 (IBGE, 2015). A história do município está intimamente ligada ao ciclo do ouro e à exploração do território nacional para a obtenção de riquezas minerais (IBGE, 2015).

A abundância dos veios de ouro promoveu o rápido crescimento do arraial, promovido à vila em 1789, denominada Paracatu do Príncipe. A riqueza extraída desvaneceu rapidamente, havendo o declínio da produção de ouro aluvial, que deixou como marcas do período duas igrejas tombadas. Em 1840, foi elevado à condição de cidade. Desde o declínio da exploração aurífera, o município se destaca na produção agrícola: no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2003), havia o registro de 1.972 estabelecimentos rurais, que totalizavam uma área de 511.992 hectares, sendo atualmente o município com maior área agrícola irrigada do Brasil.

A realidade da extração mineral em Paracatu sofreu novo revés no final dos anos 1980. Em 1987, uma mineradora transnacional, Rio Paracatu Mineração – RPM, instalou-se no perímetro urbano do município com as devidas permissões de agências governamentais para a exploração de uma mina de ouro a céu aberto. A mina do morro de ouro é a que possui os menores teores de ouro no mundo (0,43g/ton. de minério) (Alerta Paracatu, 2009). Desde a instalação da RPM, a mineração de ouro em Paracatu desencadeou graves conflitos relacionados à questão fundiária: a desapropriação de terras de quilombolas, para a instalação da mina, envolvendo desapropriação e cooptação de grupos socialmente vulneráveis (Gesta, n.d.).

Até 2003, a principal acionista da RPM era a anglo-australiana Rio Tinto, mas, nesse ano, a Kinross Gold Corporation adquiriu maior parte das ações da mineradora e, logo depois, tornou-se a única proprietária da mina. Em 2009, ocorreu a expansão da mina de ouro, que ficou ainda mais próxima dos bairros periféricos de Paracatu (Figura 1). Novas desapropriações foram realizadas e o conflito socioambiental foi agravado, tornando-se mais evidentes os impactos comuns da atividade mineradora em áreas urbanas, tais como poluição sonora, poluição atmosférica, deslocamento de ar, rachaduras e trincas em casas de moradores próximos ao local.

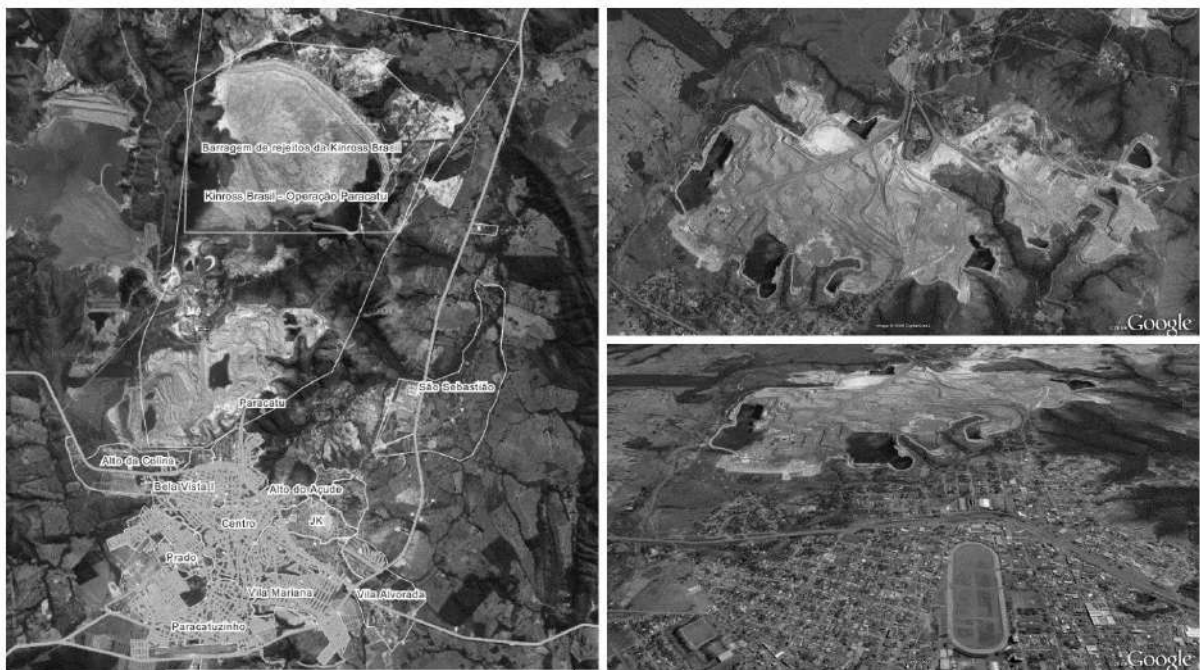


Figura1. Paracatu e RPM/Kinross

Fonte: Google (2009).

Adiante, percebemos uma disputa pelo uso do espaço em Paracatu, cuja comunidade se vê cercada por uma empresa transnacional, com enorme poder de barganha e influência no Estado. A perspectiva da produção do espaço social, discutida no tópico a seguir, busca evidenciar como isso ocorre no município entre dinâmicas de apropriação e dominação. Diante deste quadro, cabe destacar a importância dos espaços de representação e das alternativas às práticas e representações dominantes. Os três

tópicos, a seguir, que apresentam as três categorias analíticas anteriormente expostas, tratam da produção de representações que concorrem e contradizem as representações hegemônicas encontradas na mídia e no discurso de responsabilidade socioambiental da empresa mineradora. Apesar de nos concentrarmos nos dizeres dos moradores e ativistas da cidade, em textos jornalísticos, de blogs e produção audiovisual, alguns contrapontos e esclarecimentos são trazidos para ilustrar ou esclarecer as situações expostas.

Comendo Paracatu de colher pelas beiradas: a expansão da mineração

Tiram a tranquilidade até nas nossas moradas
Comendo Paracatu de colher pelas beiradas
A poeira que levanta do buraco da ganância
De tamanha atrocidade por onde ela avança

(Salve o Ribeirão Santa Rita, nossa irmã Ritinha. Salve Paracatu! – Autor
Desconhecido).

O processo de implantação da mina, em 1987 e sua posterior expansão, envolveu conflitos com comunidades tradicionais e moradores do município. A área utilizada pela mineradora pertencia a comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, cujas terras não foram demarcadas, e processos de indenização, para a desapropriação de terras, permanecem sem solução (Gesta, n.d.); a expansão da mina, em 2008, para a triplicação da produção de ouro (de 5 para 15 ton./ano) e volume de minério processado de 18 para 60 milhões de ton./ano, até 2040 (Fiocruz/Fase, s.d.).

Interessante figura de linguagem é utilizada pelos moradores para retratar a exploração de ouro em Paracatu por uma empresa transnacional: “Paracatu tá parecendo uma colônia, [...] de quando os portugueses vieram pra cá” (Neiva, & Silveira, 2010). Indagada sobre como é ter um vizinho como a RPM, a moradora R. Machado, afirma

que “é um horror, um absurdo, uma afronta, uma falta total de respeito com a gente. Eles ameaçam a gente de todas as formas” (Neiva & Silveira, 2010). Além das desapropriações e moradores que cederam à pressão exercida pela empresa – “eles estão tirando todo mundo do lugar” [M. C. dos Santos] – há casos de moradores do bairro Amoreiras 2 que já venderam seus terrenos e que novamente são atingidos pela mineração, dada a expansão da mina: “Saí, mas continuo vizinha da mineradora. É muita poeira e muito barulho. A casa vive cheia de rachaduras por causa das detonações – E. da S. Pereira (Laboissière, 2015).

A paisagem de Paracatu, também, aparece como elemento visual de maior destaque da cidade a ser engolida pela mineração: “a imagem é de terra arrasada, cenário de filme apocalíptico [...]. A mina, hoje a maior do país em movimentação de minério, não para de crescer, para atender à corrida mundial pelo ouro”, cujo valor de venda e demanda tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (Derkiê, 2011).

O impacto ambiental, nos córregos São Domingos e Santo Antônio e no Ribeirão Santa Rita, é profundo, os córregos estão assoreados e com baixíssima vazão de água, enquanto o Ribeirão está com as águas contaminadas. Tal situação leva à escassez na comunidade de São Domingos (Gesta, n.d.): “todo ano dava enchente aqui, a água ia até aquela mangueira, hoje a água não passa da cerca” – R. Machado. Os moradores ainda indicam o impacto na fauna e na flora, com espécies nativas cada vez mais raras, “acabou a água, acabou as mangabas, os pequis, acabou as gabirobas” (Neiva & Silveira, 2010). Adiante, os moradores, após o crime ambiental de Mariana, MG, também expressam sua preocupação com a barragem de rejeitos da Kinross, que, em audiência pública sobre a segurança das barragens, manifestaram o medo que sentem das explosões e do rompimento da barragem (Jornalismo Paracatu, 2015).

As informações e relatos anteriormente trazidos indicam que a expansão da mineradora afeta as comunidades do entorno, social, ambiental e culturalmente,

havendo incompatibilidade entre tal expansão e o uso do espaço pela comunidade, num processo de territorialização predatória, que desconsidera a presença de comunidades seculares. Poucos moradores ainda se mantêm em suas terras, cujos terrenos vizinhos já foram todos comprados pela mineradora; apesar da proximidade com a mina e os transtornos gerados, alguns enxergam tal posição como alternativa única de manter condições mínimas de abrigar suas famílias (Neiva & Silveira, 2010), mesmo que em um espaço deteriorado pela mineração. As canções analisadas (banda Arsënium) também retratam a contradição entre o uso do solo pela empresa e pela comunidade, assim como criticam a destinação dos lucros vultosos da mineração e o ônus social e ambiental deixado para os moradores e as próximas gerações num caráter de crítica e denúncia da realidade do município.

O Morro Morto: a luta pelo direito à saúde

A poluição que está nos matando
Vem da montanha, do morro morto
Crianças que nascem com formas de porcos
Porcos mutantes com formas de gente
(Ouro de Sangue – Banda Murro no Olho).

Outro ponto de debate e contradição entre pareceres de órgãos reguladores, pesquisadores e moradores é a contaminação por arsênio. De acordo com a SOS Arsenic (2010), o arsênio é uma das mais potentes toxinas ambientais, espalhado na água, no solo e no ar, afetando praticamente todos os órgãos e relacionado às 10 principais causas de morte da Organização Mundial da Saúde, dentre elas, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças do sistema nervoso e pode até mesmo agravar doenças infecciosas por afetar o sistema imunológico dos seres vivos por ele contaminados. Essa contradição é vista nas palavras de Vieira (2016): “Para alguns, os efeitos do metal liberado na mineração em Paracatu é [sic] responsável por casos de

câncer na cidade. Outros dizem que a concentração do produto é baixa e não causa risco à saúde”.

O relatório do CETEM – Centro de Tecnologia Mineral, de um estudo realizado entre março de 2011 e dezembro de 2013 e apresentado em audiência pública em 18 de março de 2014, indicava “que as concentrações de arsênio, nas águas de abastecimento doméstico e no ar, podem ser consideradas baixas”, assim como amostras de sangue, urina e cabelo apresentaram um teor menor ou igual aos níveis de referência da Organização Mundial da Saúde e da legislação Brasileira (Vieira, 2016). Referenciais estes criticados por ativistas e pesquisadores que consideram não haver um valor mínimo seguro (SOS Arsenic, 2010). O relatório do CETEM também foi criticado por nova reunião ter sido feita, em 22 de março de 2016, sem a presença de moradores atingidos e cujos dados anteriormente apresentados careciam de correções: Nessa nova reunião a portas fechadas, os pesquisadores do CETEM, Instituto Evandro Chagas e Unicamp informaram que a “reanálise” dos dados apresentados na audiência pública de 2014 revelou que a média de contaminação por arsênio em Paracatu é de 15 µg/L (microgramas por litro) de urina, ou seja, quase cinco vezes o que eles mesmos haviam anunciado, e que na verdade existiriam, entre as cerca de 800 pessoas amostradas, 13 casos de contaminação por arsênio acima de 50 µg/L na urina, inclusive três pessoas teriam apresentado arsênio acima de 100 µg/l na urina: uma moradora do bairro Paracatuzinho e outros dois moradores do bairro Amoreiras. As outras pessoas que teriam apresentado concentração de arsênio na urina acima de 50 ug/l foram 2 moradores do bairro Paracatuzinho e 8 do bairro Amoreiras. (Marques, 2016).

Em 2012, 425 pacientes de Paracatu foram tratados no Hospital de Câncer de Barretos, referência nacional para o tratamento dessa doença (Dani, 2012a), tanto que uma casa de apoio para pacientes com câncer foi instalada em Paracatu, que, em 2015, atendia entre 2 a 12 pacientes por dia. B. Petrov, um dos diretores do hospital, afirmou que “em

2014, o Hospital do Câncer realizou 1.153 atendimentos de pacientes vindos da cidade de Paracatu” (Hander Júnior, 2015a).

Assim, mesmo que em um primeiro momento a vinculação da luta pela saúde possa parecer distante da produção social do espaço, as disputas e contradições entre diferentes autores, quanto à contaminação por arsênio, assim como a relação dos moradores com essa disputa, evidenciam elementos que impactam diretamente o cotidiano, as experiências, ou seja, os espaços de representação.

Os moradores relatam como sua saúde foi alterada, após o início da mineração da RPM/Kinross: “nós morava aqui antes dessa firma vir pra cá, nós brincava, corria nesses pastos e não sentia nada. E depois dela a vida de nós mudou totalmente. É só remédio, gastamos o que nós não tem” – S. P. da Cruz (Neiva, Silveira, 2010). Os relatos de câncer pelos moradores, cujos relatos estão no conteúdo audiovisual e nos textos analisados, são frequentes e denotam a insegurança e a incerteza dessas pessoas quanto ao seu futuro e ao futuro de suas famílias (Neiva & Silveira, 2010; Dani, 2014; Hander Júnior, 2015a; 2015b).

Nova audiência Pública foi realizada, em 28 de junho de 2016, em que o geólogo M. J. dos Santos apresentou dados de pesquisa independente, realizada em 2015, cujos resultados indicam altos níveis de contaminação, principalmente, em crianças (Laboissière, 2016; Paracatu.net, 2016). Assim, as contradições e disputas quanto à contaminação de arsênio são atuais. Aqui as representações que desafiam a ordem estabelecida são encontradas nas canções de Arsênium, banda paracatuense de *black metal* e de Murro no olho, banda *punk* de Brasília, destacando as referências à contaminação, mutações e o descaso das autoridades competentes com a natureza e a saúde da população.

Alternativas à miséria da vida cotidiana: entre lamento e o desvelamento de uma realidade opressora

Sete quilos de arsênio são liberados no ar
Por uma grama de ouro que daqui vai voar
Pro Canadá!
Por que o ouro tem poder de mandar calar
(O poder do Ouro – Banda Arsênium).

Diante da apresentação dos dilemas da expansão da atividade de mineração e da luta pela saúde, cabe agora refletirmos mais profundamente sobre a degradação do espaço social pela atividade mineradora e como o cotidiano dos moradores é afetado (além dos transtornos das detonações e dos riscos de contaminação). Nos conteúdos produzidos de forma independente, percebemos um sentimento de nostalgia e lamento, um lamento pelas relações sociais e o envolvimento com a natureza local, transformados e deteriorados pela ação da empresa mineradora, assim como um desencantamento com a realidade atual e seus locais de enunciação:

Eu não acho certo não. Eu acho um horror, eu fico olhando isso aqui [o córrego assoreado]. Acho um horror terem feito um absurdo desse aí. Uma coisa tão bonita quanto era aqui, entende? A gente sente muito, muito mesmo. As beleza que nós já viu aqui nessa praia e agora ver desse jeito. A gente lamenta muito – C. L. dos Reis. (Neiva & Silveira, 2010).

Os moradores fazem um retrato de desesperança diante da situação que enfrentam e do poder e influência que a RPM/Kinross possui junto às autoridades locais e estaduais: “todo mundo calou a boca, porque todo mundo morre de medo da RPM, que a RPM tem dinheiro, a gente não” [M. L. Oliveira] ou ainda “eles são pessoas muito poderosas, a gente é que tem que se retirar, né?” [N. A. de Oliveira] (Neiva & Silveira, 2010). Essas são frases comuns, como os moradores interpretam sua relação conflituosa com a

empresa mineradora. Há ainda relatos de profissionais que não conseguem desenvolver mais suas atividades, como os ourives de Paracatu, já que ouro não é mais comercializado no município

Cabe ainda destacar que, diante do 'esvaziamento' das comunidades e desapropriações, a cultura do município também foi prejudicada. R. F. da Silva destaca que a Caretada, festa tradicional do município, em homenagem a São Domingos, passada há várias gerações e cujos participantes utilizam máscaras e trajes típicos, dificilmente ocorre e com número reduzido de participantes; ainda afirma: "uma nova escravatura para o meu povo, que não te obriga a trabalhar, não te bate, mas te impede de você viver como você vivia" (Neiva & Silveira, 2010).

A modificação profunda, nas condições materiais e imateriais, é ponto de acordo nos depoimentos, assim como a chegada de um momento em que moradores, com pesar, abandonam o local em que nasceram e foram criados – "nascido e criado", uma figura de linguagem comum para se indicar os vínculos fortes com comunidades e com locais de origem.

Moradores também relatam a dificuldade de conseguir indenizações e de até mesmo acessar o Poder Público, enquanto alguns 'não entraram na justiça' por acharem que 'não tinha jeito' e não possuírem qualquer forma de apoio jurídico e institucional e que aonde irem, as portas se fecharão, outros relatam a morosidade de processos: "o [processo] que eles [pessoas da RPM/Kinross] entram é rápido, quando é do povo não anda" – R. Machado (Neiva & Silveira, 2010). Morosidade que é relatada nas ações civis públicas movidas contra a RPM/Kinross:

Uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pela Fundação Acangau defende que a mineração de ouro em Paracatu é economicamente inviável, ecologicamente insustentável e socialmente injusta. Esta ACP pediu a realização de um estudo

epidemiológico clínico-laboratorial e a interrupção imediata do envenenamento crônico da população de Paracatu, mas está suspensa, por decisão judicial e com a anuência do Ministério Público, desde 2009 (Dani, 2012b).

Tais evidências nos levam a considerar o papel central da violência (estrutural) contra as culturas e os povos, impossibilitados de manter suas tradições e os locais de sua convivência, expressão do seu cotidiano e das suas experiências: “isso é retirar do indivíduo parte do próprio direito à vida, em sentido pleno, que não é só estar vivo, comendo, dormindo e trabalhando. É a sua cultura” – P. M. Serrano Neves (Neiva & Silveira, 2010). Salientamos, também, que, de forma mais extensiva, a essas pessoas é negado o direito à cidade, o direito à obra, de fazer parte da construção de seus futuros, a antítese do que é defendido por autores como Henri Lefebvre (1991; 2001) e David Harvey (2014): é a miséria da vida cotidiana, no esvaziamento de significados e extinção dos lugares de encontro e simultaneidade.

Na corrente de pensamento em busca pelo direito à cidade, à política feita pelos pobres, ou por aqueles que destoam da racionalidade hegemônica, podemos destacar das produções textuais e audiovisuais aqui apresentadas a atuação de ativistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil. Alguns deles (S. U. Dani; P. M. Serrano Neves; M. J. dos Santos; S. Neiva; A. Silveira, dentre outros) atuam diretamente na ressignificação de cotidiano das comunidades de Paracatu e na produção de conteúdo que evidenciam as vozes da população e, também, em organizações da sociedade civil, redes de apoio e movimentos sociais, cujas relações fogem ao escopo deste trabalho.

Buscando reflexões sobre o pensamento de Lefebvre (1991; 2001) e Santos (2014), verificamos a importância da produção e circulação de outros conhecimentos, que evidenciem as experiências daqueles cujas vozes, muitas vezes, são silenciadas ou cujas presenças são desconsideradas ou apagadas nos momentos de decisão, dos quais não tomam nem fazem parte. As representações, como meio termo entre o vivido e o

concebido, podem favorecer a disseminação de informação e fomentar discussões e reflexões, para que, então, possamos pensar outro modo de lidar com a extração mineral e, mais importante ainda, dar às pessoas a centralidade que merecem nas decisões, análises e produções acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos que o uso de teorias de formação socioespacial, nas dimensões física, mental e social e na mediação entre vivido e concebido, as representações, pode trazer perspectivas diferenciadas para se tratar conflitos advindos da atividade mineradora, principalmente, em áreas urbanas. Em um contexto mais amplo, o modelo extrativista para minérios, adotado no Brasil e na América Latina, como indica o *Environmental Justice Atlas*, é profundamente vinculado à atuação de empresas transnacionais, cuja atuação predatória e complacência (na melhor das hipóteses) dos Estados tem gerado inúmeros conflitos. Paracatu está inserida nessa realidade, daí a importância de pensarmos que os efeitos da globalização, assim como da planificação dos espaços, trazem contribuições relevantes não apenas para os Estudos Organizacionais, indicando a centralidade da política nos conflitos socioambientais, cuja periferia é cada vez mais facilmente percebida, enquanto os centros de poder e tomada de decisão são difusos.

A perversidade dessas relações entre o capital, Estado e atingidos revela a fragmentação e a tentativa de homogeneização dos espaços sociais, que, como esclarece Lefebvre (2013, p. 123), leva a uma “[...] contradição (diabólica) não expressa, inconfessa, não explicitada”. Ainda assim, mesmo que os empresários das megacorporações atuem sem consideração pelas comunidades no entorno das minas, ou orientados por uma “responsabilidade socioambiental”, outras racionalidades e outros saberes transitam pelo espaço ou território afetado. Ainda mais: outras representações, que contestam a imposição do modelo desenvolvimentista e da

importância dos empregos e dos tributos, são produzidas por ativistas, pesquisadores e moradores de Paracatu-MG.

Em meio à desesperança e tristeza, notáveis nos dizeres e semblantes dos atingidos (presentes nas representações audiovisuais), cabe destacarmos que outros locais já conseguiram vitórias significativas, para a preservação de sua natureza e comunidades, por exemplo, a *Kinross Gold Corporation* teve suas atividades de exploração de águas para uso na mineração de ouro embargadas pelo governo chileno, ainda que o dano ambiental tenha sido imenso (Reuters, 2016). Na outra extremidade, para transitarmos entre o otimismo e pessimismo, há cidades, como Cerro de Pasco, no Peru, em que a cidade foi literalmente engolida pela mineração, com altíssimos níveis de contaminação por chumbo e grande parte das casas próximas ao abismo tornaram-se inabitáveis (Michel, 2014). Esses dois casos, dentre tantos outros, indicam a necessidade de repensarmos ações e a produção e circulação de representações, com o intuito de promover os primeiros passos de um projeto utópico de transformação de uma atuação empresarial que desconsidera a importância das comunidades, seus locais e relações, o que remete à produção de um espaço contraditório ou contraespaço.

Quanto às limitações deste trabalho, destacamos que, em virtude da busca por aprofundamento das representações advindas da mídia não tradicional, temos ciência de que um pequeno volume de material foi processado, escolhido, especialmente, para propiciar uma narrativa de diferentes aspectos do cotidiano dos moradores, a partir da lente e das escolhas dos produtores do material audiovisual ou textual. Dessa forma, ao tomarmos as falas de moradores e ativistas, a partir de um material já produzido e divulgado, estamos levando em conta um processo de edição e seleção de conteúdos prévios. Um maior volume de dados poderia trazer outras nuances para o estudo, o que de toda forma se justifica pelo escopo do trabalho – com destaque para meios que tragam posições e representações contra-hegemônicas. Cabe, ainda, destacar que quaisquer tentativas de entendimento das ressignificações do cotidiano dos

moradores perpassa o contato direto e a coleta de dados primários junto aos moradores.

Quanto a uma possível agenda de pesquisa, destacamos elementos evidenciados que carecem de maiores esclarecimentos, mas que não pertenciam ao escopo do trabalho e outros suscitados pelos resultados que encontramos: (a) as desapropriações e apagamento de comunidades tradicionais traz à tona a importância de se discutir o racismo ambiental e como muitos dos conflitos se dão por atividades empresariais predatórias que afetam grupos vulneráveis, como quilombolas e indígenas, dentre outros; e (b) pela necessidade de conhecer outros locais e experiências é, também, importante verificar como a contradição da atividade mineradora e o uso do espaço se dá em outros conflitos socioambientais, em áreas urbanas ou rurais, no estado de Minas Gerais e na América Latina.

REFERÊNCIAS

Acelrad, Henri (2012). Paradoxos da ambientalização do Estado brasileiro: liberalização da economia e flexibilização das leis. In Ana C. T. Ribeiro, Ester Limonad, & Paulo P. Gusmão (Orgs.). *Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais* (pp. 115- 136). Rio de Janeiro: Letra Capital.

Alessi, Gil (2015). *Mineração em Paracatu contamina cidade e expõe população ao arsênio*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432561404_705347.html.

Bacci, Denise D. L. C. & Diniz, Tânia. M. R. G. (2013). Mining in urban areas: methodological proposal for the identification and mediation of socio-environmental conflicts. *Revista Escola de Minas*, 66(3), 369-374.

Bacci, Denise D. L. C., Landim, Paulo M. B., & Eston, Sérgio M. (2006); Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. *Revista Escola de Minas*, 59(1), 47-54.

Baptisti, Edson, Jorge, N. Francisco, & Soares, Lindolfo. (2004). Mineração de agregados em área urbana: planejamento integrado e recuperação ambiental. *Exacta*, 2, 203-212.

Barreto, Eduardo P., Silva, Carlos M. M., & Oliveira, Patrícia F. P. (2012). Análise da mineração em áreas urbanas no contexto do ordenamento territorial: estudo de caso do município de Jabotão dos Guararapes, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 5(5), 1002-1018.

Barros, Juliana N. (2017). *Mineração e violação de direitos: o caso da empresa Kinross em Paracatu (MG)*. Rio de Janeiro: Justiça Global.

Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

Coelho de Souza, Carolina H. (2012). *O "espaço da resistência" na Serra do Gandarela: instrumentos, contraposições e a necessária utopia*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Dani, Sérgio U. (2014). *Denúncia: Arsênio de Paracatu não escolhe vítima*. R24 jun. 2014. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <https://www.ecodebate.com.br/2014/06/24/denunciaarseniodeparacatunaoescolhevitima/>.

Dani, Sérgio U. (2012a). *Arsênio liberado pela Kinross em Paracatu já está bioacessível, revela estudo*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://alertaparacatu.blogspot.com/2012/05/arsenio-liberado-pela-kinross-em.html>.

Dani, Sérgio U. (2012b). *Incidência de câncer em Paracatu é altíssima, afirma médico especialista*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://alertaparacatu.blogspot.com/2012/11/incidencia-de-cancer-em-paracatu-e.html>.

Dani, Sérgio U. & Santos, Márcio. J. (2016). *Carta aberta à população de Paracatu*. Recuperado em 30 junho, 2016, de: <http://alertaparacatu.blogspot.com.br/2016/07/carta-aberta-populacao-de-paracatu-28.html>.

Derkiê, Lilian [ruiter872]. (2011). *Kinross Paracatu e os problemas ambientais*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <https://www.youtube.com/watch?v=8rk4F8pLEBY>.

Farias, Carlos E. G. (2002). *Mineração e meio ambiente no Brasil*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/miner_c3_a7_c3_a3o_20e_20meio_20ambiente.pdf.

Fiocruz/Fase (s.d.). *Poluição ambiental grave e persistente, exposição crônica ao arsênio e outras substâncias tóxicas, além de expulsão de comunidades tradicionais, são algumas das consequências da extração de ouro a céu aberto em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>.

Gesta (s.d.). *Denúncia de contaminação por metais pesados de propriedades adjacentes à extração de ouro em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflicto/?id=461>.

Hander Júnior (2015a). CQC *Paracatu - Proteste Já - 09/03/2015*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <https://www.youtube.com/watch?v=eoaqEE2BmFU>.

Hander Júnior (2015b). *Paracatu MGTV_29/04/2015*. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <https://www.youtube.com/watch?v=dX1CwjQi8Y0>.

Harvey, David. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

IBGE (2015). *IBGE cidades – Paracatu, 2015*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314700>.

Jornalismo Paracatu (2015). *Audiência pública debate segurança das barragens da Kinross em Paracatu*. [Arquivo de vídeo] Recuperado em 20 junho, 2016 de: <https://www.youtube.com/watch?v=8g75nFxWCcc>.

Laboissière, Paula. (2015). *Expansão da maior mina de ouro do Brasil assusta moradores de Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016 de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/expansao-da-maior-mina-de-ouro-do-pais-assusta-moradores-de-paracatu>.

Laboissière, Paula. (2016). *Arsênio da mineradora de Paracatu contaminou crianças da cidade*. Recuperado em 20 junho, 2016 de: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/02/interna_gerais,721523/arsenio-de-mineradora-de-paracatu-contaminou-criancas-da-cidade.shtml.

Lefebvre, Henri. (2013). Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79), 123-132.

Lefebvre, Henri. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lefebvre, Henri. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell.

Marques, Lorrane. (2016). *Nível de contaminação por arsênio em Paracatu está muito além do considerado ideal, aponta estudo*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://paracatu.net/view/6839-nivel-de-contaminacao-por-arsenio-em-paracatu-esta-muito-alem-do-considerado-ideal-aponta-estudo>.

Martins, Sérgio. F. (2011). Considerações a respeito da produção do espaço em Henri Lefebvre. In Carlos R. S. Machado & César A. A. Martins (Orgs.). *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios* (pp. 69-84). Rio Grande: FURG.

Michel, Arthur H. (2014). *A cidade engolida pela mineração*. Recuperado em 20 junho, 2016 de: http://motherboard.vice.com/pt_br/read/a-cidade-engolida-pela-mineracao.

Neiva, Sandro. & Silveira, A. (2010). *Ouro de sangue* [Arquivo de vídeo]. Recuperado em 20 junho, 2016 de: <https://www.youtube.com/watch?v=GWQWihPqSHE>;
https://www.youtube.com/watch?v=m_OuhWFoWBg;
<https://www.youtube.com/watch?v=NnfPuzGHnKQ>;
<https://www.youtube.com/watch?v=ENGyzwmT8YU>;
<https://www.youtube.com/watch?v=ENGyzwmT8YU>.

Neves, Leandro R. & Scarcelli, Ianni R. (2016). Cidade: uma análise psicossocial do espaço citadino após inundação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 63, 159-180.

Paracatu.net. (2012). *Sindicato pede atenção do legislativo quanto às atividades de mineração em Paracatu*. Recuperado em 20 junho, 2016, de:

<https://paracatu.net/view/3776-sindicato-pede-atencao-do-legislativo-quanto-as-atividades-de-mineracao-em-paracatu>.

Reuters (2016). *Chile regulators shuts down Kinross mine water installation*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://www.reuters.com/article/chile-mine-idUSL2N16S0BX>.

Sá-Silva, Jackson R., Almeida, Cristóvão D., & Guindani, Joel F. (2015). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 7(1), 1-15.

Santos, Márcio J. (2012). *O ouro e a dialética territorial em Paracatu – opulência e resistência*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Santos, Milton. (2015). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Silva, L. R. (2011). As representações na obra de Henri Lefebvre: aporte teórico para um estudo sobre a produção/circulação de representações sobre os negros na escola brasileira. In Carlos R. S. Machado & César A. A. Martins (Orgs.). *Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios* (pp. 101-114). Rio Grande: FURG.

SOS Arsenic. (2010). *The worldwide campaign: stop an invisible mass killing*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://sosarsenic.blogspot.com/2010/07/stop%ADinvisible%ADmass%ADkilling%ADworldwide.html>.

Tavolari, Bianca (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos CEBRAP*, 104, 93-109.

Vieira, Fernanda (2015). *Liberação de arsênio de mineradora de Paracatu, MG, é tema de audiência*. Recuperado em 20 junho, 2016, de: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/liberacao-de-arsenio-de-mineradora-de-paracatu-mg-e-tema-de-audiencia.html>.

Zhour, Andrea & Laschesfski, Klemmens (2010). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG.

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Resumo

A mineração na América Latina tem gerado grande número de conflitos. No Brasil, como caso exemplar, destaca-se a mineração de ouro a céu aberto em Paracatu, MG. Diante de discursos e práticas hegemônicas que reforçam o papel central da mineração para o desenvolvimento, aumento no número de empregos na arrecadação tributos, objetivamos compreender a produção e circulação de representações contrárias à mineração em áreas urbanas. O arcabouço teórico remete à discussão de mineração, na América Latina e no Brasil, vinculada aos conceitos de espaço e representações. Quanto à metodologia, realizamos pesquisa documental, em conteúdos encontrados na mídia, que contestam a atuação da empresa mineradora e do poder público local. Indicamos nos resultados que as representações tratam da expansão da fronteira da mineração, da luta pelo direito à saúde e de alternativas à miséria da vida cotidiana, intercalando o lamento pela perda das condições de vida anteriores e o desvelamento de relações socioespaciais opressoras.

Palavras-chave

Mineração em áreas urbanas. Espaço social. Representações.

CONTRADICCIONES DEL ESPACIO SOCIAL: ESTUDIO DE LAS REPRESENTACIONES CONTRARIAS A LA MINERÍA DE ORO EN PARACATU, MG

Resumen

La minería en América Latina ha generado un gran número de conflictos. En Brasil, como caso ejemplar, se destaca la minería de oro a cielo abierto en Paracatu, MG. Ante los discursos y prácticas hegemónicas que refuerzan el papel central de la minería para el desarrollo, el aumento en el número de empleos y en la recaudación tributaria, pretendemos comprender la producción y circulación de representaciones contrarias a la minería en áreas urbanas. El marco teórico está basado en la discusión de minería en América Latina y Brasil, vinculada a los conceptos de espacio y representaciones. En la metodología realizamos una investigación documental en contenidos encontrados en los medios de comunicación que cuestionan la actuación de la empresa minera y del poder público local. Indicamos en los resultados que las representaciones tratan de la expansión de la frontera de la minería, la lucha por el derecho a la salud y alternativas a la miseria de la vida cotidiana, intercalando el lamento por la pérdida de las condiciones de vida anteriores y el desvelamiento de relaciones socio-espaciales opresoras.

Palabras clave

La minería en áreas urbanas. Espacio social. Representaciones.

CONTRADICTIONS OF SOCIAL SPACE: A STUDY OF REPRESENTATIONS CONTRARY TO THE GOLD MINING IN PARACATU, MG

Abstract

Mining in Latin America has generated a great number of conflicts. In Brazil, as a relevant case, stands out the open gold mining in Paracatu, MG. Before hegemonic discourses and practices that reinforce the central role of mining for development, increasing the number of jobs and tax collection, we aim to understand the production and circulation of anti - mining representations in urban areas. The theoretical framework refers to the mining discussion in Latin America and Brazil, linked to the concepts of space and representations. As for the methodology, we conducted documentary research on media content that challenge the performance of the mining company and the local public power. We indicate in the results that the representations show the expansion of the mining frontier, the struggle for the right to health, and alternatives to the misery of everyday life, interweaving the lament for the loss of previous living conditions and the unveiling of oppressive socio-spatial relations.

Keywords

Mining in urban areas. Social space. Representations.

CONTRIBUIÇÃO

Luis Fernando Andrade Silva

Responsável pela concepção do artigo, escrita da introdução, discussão dos resultados, construção do referencial teórico, coleta dos dados, discussão do artigo em coletividade e organização das referências bibliográficas.

Valderí de Castro Alcântara

Responsável pela escrita e revisão do artigo, discussão dos resultados, construção do referencial teórico, discussão do artigo em coletividade e organização das referências bibliográficas.

André Luiz de Paiva

Responsável pela escrita e revisão do artigo, discussão dos resultados, construção do referencial teórico e discussão do artigo em coletividade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFLA).

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Os autores declaram que o texto é inédito.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Andrade, Luis, F. S., Alcântara, Valderi C., & Paiva, André L. (2019). Contradições do espaço social: estudo das representações contrárias à mineração de ouro em Paracatu, MG. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 79-114.